

Concorrência 02/2023

Assunto: Recurso

À Câmara Municipal de Santos

At.: Autoridade do Pregão - Aos cuidados da Senhora Pregoeira e comissão

A Arpolar Service Ltda, CNPJ 06.004.673/0001-04 representada pelo Sr. Fernando Augusto Leria RG 25.517.895-5 CPF 282.003.408-05 Procurador já constituído na concorrência 02/2023 vem respeitosamente apresentar seu recurso contra a inabilitação proferida por não comprimento do Item 8.5.1 - B

A empresa Arpolar apresentou acervo técnico Nº 2620150012071 e atestado devidamente registrado no Crea, atendendo o que se entende por qualificação técnica, mesmo assim inabilitado, pelo nosso ver por não estar escrito a palavra “FORNECIMENTO” em nosso acervo / Atestado.

Entendemos que a comprovação de fornecimento ou capacidade técnica de fornecimento não se aplica ao CREA pois o acervo é um documento técnico não de fornecimento e a empresa por sua vez comprovou sua liquidez por meio de capital social ou balanço ou certidão de falência.

Apenas como referência segue abaixo trechos do entendimento jurídico sobre o assunto:

Logo, não há cabimento em subordinar a prova do exercício de um serviço (que não caracterize atividade de engenharia) ao registro da declaração no órgão de fiscalização”. (Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 439).

A exigência de Atestado(s) de Capacidade Técnica da empresa licitante registrado(s) pelo CREA é equivocada porque o CREA não realiza essa atividade. São registrados apenas os Atestados em nome de profissionais.

Não há emissão de Certidão de Acervo Técnico – CAT em nome da pessoa jurídica (art. 55, Resolução Confea nº 1.025/2009)

A CAT é o documento que comprova o registro do atestado no CREA (§ 2º, art. 54 Resolução Confea nº 1.025/2009).

Já em 2012 o TCU recomendou, por meio do Acórdão nº 128/2012/2ª Câmara, a exclusão da “exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes”.

Pode-se exigir o Atestado (Súmula TCU nº 263) mas não o registro ou certificado desse atestado no CREA.

O TCU citou como fundamento dessa decisão a recomendação do subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011.



O CREA afirma, nesses dispositivos, que não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo.


Em resumo: Pode exigir Atestado(s) em nome da empresa licitante. Mas não o registro do(s) Atestado(s) no CREA.

Com base no exposto, é descabido a inabilitação de nossa empresa tendo em vista que o CREA não pode Acervar ou atestar o Fornecimento dos itens.

Desta forma nos da Arpolar Service Ltda solicita com base nos breves relatos apresentados que seja Revisto a nossa habitação para a Concorrência 02/2023 desta ilustre Câmara !

Hortolândia, 31/08/2023

Atenciosamente



---

Fernando Augusto Leria  
Arpolar Service Ltda